

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17066 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PANORAMA CIENTÍFICO A PARTIR DO ESTADO DO CONHECIMENTO (2015 – 2020)

Ketlin Elís Perske - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Estefani Baptistella - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Malu Almeida - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

RESUMO: O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria e tem como temática as políticas públicas de acesso e assistência na educação superior. O objetivo do estudo é analisar a produção científica de teses e dissertações, no período de 2015 a 2020, que discutem as políticas públicas de acesso e assistência na educação superior. Trata-se de uma pesquisa do estado do conhecimento no qual foi realizada a delimitação do campo do conhecimento científico de dissertações e teses, em dois repositórios, com recorte temporal de 2015 a 2020. Como resultados, foi possível verificar que há lacunas para serem pesquisadas, tanto na política de acesso aos estudantes ingressantes por cotas quanto ao modo como as universidades implantam e gerenciam as políticas de assistência. Conclui-se, pois, que é necessária uma reflexão sobre o modo como as pesquisas abordam a política de assistência estudantil, que muitas vezes é considerada apenas como a responsável por implementar ações de moradia e alimentação, no entanto, há muitas outros eixos que precisam ser implementados a fim de proporcionar ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica um percurso acadêmico estável e que garanta sua permanência na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Assistência Estudantil. Estado do Conhecimento. Programa Nacional de Assistência Estudantil

Este trabalho está inserido na temática das políticas públicas para a educação superior, no que diz respeito ao acesso e à assistência, as quais são fundamentais para garantir que estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressem nas instituições federais de ensino (IFES) e concluam seus cursos. O estudo é um recorte da pesquisa em fase de conclusão do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, intitulado: **Políticas Públicas de assistência estudantil na educação superior: desafios e perspectivas de duas universidades federais do Rio Grande do Sul em tempos pandêmicos**. O objetivo do trabalho é analisar a produção científica de teses e dissertações, no período de 2015 a 2020, que discute as políticas públicas de acesso e assistência na educação superior.

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa e tem como método o estado do conhecimento, no qual realizou-se uma pesquisa na produção científica de teses e dissertações nos repositórios: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), repositório que apresenta teses e dissertações de programas de pós-graduação de nível 5, 6 e 7, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Utilizou-se como descritores: “políticas educacionais de acesso AND universidades públicas”. “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, de forma extensa e abreviada, “Lei de Cotas AND Lei nº 12711/2012” e “coronavírus”.

Iniciou-se a pesquisa na BDTD, sem a utilização de filtros específicos e, no momento seguinte, utilizou-se os mesmos descritores, porém com os filtros de período (do ano de 2015 a 2021) e com a área de pesquisa “ciências humanas e educação”. Após a primeira busca e seleção, foram elencados os critérios de descarte: I- as políticas educacionais de acesso e permanência nos Institutos Federais; II- estudos de caso que não apresentem as percepções de estudantes sobre as políticas educacionais, III - estudos de caso que apresentem apenas a descrição das políticas públicas sem reflexão sobre o tema. Já os critérios de seleção incluem as produções que apresentam: I - as políticas de assistência estudantil, a partir de 2010, no Brasil (ano de publicação do Decreto do PNAES); II – estudos de caso que envolvam somente estudantes beneficiários das ações do PNAES; III – estudos de caso que tratem da Lei 12.711/2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências).

Com base nestes critérios e, após a leitura dos títulos e resumos das dissertações e teses, foram selecionadas 14 produções, distribuídas nos descritores da seguinte maneira: “Políticas educacionais de acesso AND universidades públicas”, não foi selecionada nenhuma produção; no descritor “Programa Nacional de Assistência Estudantil” e “PNAES”, foram selecionadas oito produções; já com o descritor “Lei de Cotas AND Lei n. 12.711/2012, foram selecionadas seis produções; com o descritor “coronavírus”, nenhuma produção científica foi selecionada.

O segundo repositório em que foi realizada a pesquisa do estado do conhecimento denomina-se Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e, desde 2002, disponibiliza dissertações e teses em seu banco de pesquisa. As informações bibliográficas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado publicadas são fornecidas diretamente para a CAPES pelos programas de pós-graduação de todo o país, que se responsabilizam pela veracidade dos dados (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior 2002). Para realizar a pesquisa, utilizou-se os mesmos procedimentos e descritores do Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Utilizou-se, então, os mesmos critérios de seleção das produções científicas da Base BDTD. Assim, após a leitura dos títulos e resumos das dissertações e teses, foram selecionadas oito produções, distribuídas em dois descritores: “Programa Nacional de Assistência Estudantil” e “PNAES”, com cinco produções; e a combinação de descritores

“Lei de Cotas AND Lei n. 12.711/2012”, com três. Não foram selecionadas produções com o descritor “Políticas educacionais de acesso AND universidades públicas, pois estas tratavam de estudos de sujeitos com deficiências, negros, indígenas, além de abordar temáticas como inclusão no mercado de trabalho, que não condizem com a temática desta pesquisa. O mesmo acontece com o descritor “coronavírus”, tendo em vista que as duas produções encontradas na base de dados tratam sobre estudos de caso em escolas de ensino fundamental, o que também não se encaixa na temática deste estudo.

A partir da leitura e sistematização das produções selecionadas nas duas bases – BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações, foi realizada a categorização da produção científica, por meio da formação de categorias emergentes ou empíricas, nas quais, segundo Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), o pesquisador se deixa impregnar pelo que está escrito nas publicações em análise e delas faz emergir recorrências e tendências.

Encontrou-se diante da seleção de produção do conhecimento científico das dissertações e teses constantes na Base BDTD duas categorias: Programa Nacional de Assistência Estudantil e Políticas de acesso. Ao realizar a leitura da produção de cada categoria analítica, foi realizada novamente a categorização de modo que foram elencadas subcategorias de acordo com as temáticas ou objeto de análise de cada produção científica. Na categoria Programa Nacional de Assistência Estudantil, foram elencadas as subcategorias: 1) acesso e permanência, com duas produções; 2) avaliação do PNAES, com três produções; 3) efetividade, com uma produção; 4) execução, com duas dissertações.

Na subcategoria “avaliação” do Programa Nacional de Assistência Estudantil, foram selecionados o maior número de produções, um dado interessante, pois essa política já conta com 14 anos de implantação (desde a Portaria inicial, em 2008), tendo, ainda, poucas produções que avaliam as ações de assistência estudantil nas IFES, principalmente por parte dos seus usuários.

A outra categoria selecionada ainda na Base BDTD foi a “Lei de acesso nº 12.711/2012”, em que foi encontrada uma produção científica que aborda o acesso e a permanência a partir da análise da Lei nº 12.711/2012, denominada Lei de Cotas, além de três trabalhos que tratam da avaliação da referida legislação e dois que abordam como se deu a implantação da lei em instituições federais de ensino. Na subcategoria: “Acesso e permanência”, foi selecionada somente uma dissertação. Na subcategoria “avaliação”, foram selecionadas três dissertações. Na subcategoria “implantação” da Lei nº 12.711/2012, foram selecionadas uma dissertação e uma tese para a análise.

Com base nesta categoria empírica e subcategorias, na categoria: “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, foi encontrada uma dissertação que trata da temática da alimentação, um dos dez eixos de ações estudantis elencadas no decreto PNAES; uma tese abordando a avaliação do PNAES; e uma dissertação com a mesma temática. Já na subcategoria “execução”, foi selecionada uma dissertação e na subcategoria “implementação”

também foi encontrada uma dissertação.

Na segunda categoria do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: “Lei de acesso nº 12.711/2012”, foram elencadas duas subcategorias: “avaliação” e “percurso acadêmico”. Esta produção é constituída de duas dissertações que abordam a avaliação referente à Lei nº 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, e uma dissertação que trata sobre o percurso acadêmico de estudantes ingressantes pelas cotas oriundas desta lei. Na subcategoria “avaliação”, foram selecionadas duas dissertações.

Após a leitura, a análise e a sistematização das dissertações e teses selecionadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificou-se que não há muitos estudos que tratam sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e sobre a Lei nº 12.711/2012, objetos de estudo desta pesquisa.

Quanto ao PNAES, nas duas bases analisadas, observou-se que a subcategoria que abrangeu o maior número de produções científicas foi a da avaliação do referido Plano. Ainda em relação à subcategoria “avaliação”, é necessário ressaltar que as avaliações constantes nas produções científicas dizem respeito aos eixos estruturantes constantes no Decreto como um todo, sendo que apenas duas produções científicas tratam especificamente do eixo alimentação.

Outro aspecto interessante é o que diz respeito às subcategorias “efetividade” e “execução” do Programa Nacional de Assistência Estudantil, pois verificou-se que as produções selecionadas investigaram como as ações do Decreto são materializadas nas IFES, como são efetuadas e executadas pelos gestores e servidores da assistência estudantil, quais as dificuldades e desafios deste processo, visto que cada universidade adota as ações que cabe à sua comunidade acadêmica. Contudo, também há um número muito reduzido de produções sobre o tema, o que faz com que não seja possível traçar um possível panorama de como as ações estudantis de permanência são estruturadas nas diversas IFES do país.

Na sequência, quando tratamos da categoria “Lei de acesso nº 12.711/2012”, nas duas bases, observou-se também que a subcategoria em que foram selecionadas o maior número de produções científicas foi a de “avaliação”.

As produções científicas que foram selecionadas para a subcategoria “avaliação” buscam verificar se a Lei de Cotas está mudando o perfil dos estudantes e esse estudo é realizado em determinado período. Entretanto, o que se verificou é que, para isso, são consultados banco de dados e de notas e não há uma pesquisa de campo mais aprofundada com os estudantes a fim de verificar as outras variáveis que influenciam neste processo e até se os estudantes que lograram êxito no ingresso conseguem concluir o curso, em quanto tempo e como se dá esse percurso na universidade.

Um ponto importante sobre a Lei nº 12.711/2012 e as investigações sobre esta é que

existem um número muito baixo de estudos envolvendo os estudantes ingressantes pela cota socioeconômica, ou seja, aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Durante a primeira fase da pesquisa do estado do conhecimento, observou-se que grande parte das produções tratam das cotas para negros, quilombolas e deficientes.

Na pesquisa realizada em teses e dissertações, foi possível verificar que há lacunas para serem pesquisadas, tanto na política de acesso aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica quanto ao modo como as universidades implantam e gerenciam as políticas de assistência a esses estudantes, tendo em vista que as instituições têm autonomia, segundo o PNAES, para implantar quais ações de assistência consideram mais relevantes em determinado período.

Estudos sobre a implantação, acompanhamento e efetividade das políticas públicas de assistência estudantil precisam ser mais aprofundados, pois o que se percebeu com o fortalecimento das políticas de acesso por meio de cotas é que muitos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que ingressaram nas instituições públicas de educação superior acabavam evadindo de seus cursos. Paula (2017) apresenta um repertório de fatores que podem levar à não permanência, dentre os quais cabe destacar: dificuldade no acompanhamento dos conteúdos de ensino, percepção de não pertencimento ao ambiente universitário, dificuldades para conciliar as atividades laborais e de estudo, pois muitos estudantes precisam trabalhar para conseguirem se manter.

Ressalta-se ainda que esta pesquisa contribui para que os interessados no tema tenham acesso ao que já foi produzido a respeito das políticas públicas de acesso e permanência na educação superior, para que não se reproduza aquilo já pesquisado, além de garantir a originalidade da pesquisa.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 29 ago, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 19 jul. 2010.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan. /abr., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, v. 22, n. 2. Sorocaba, p. 301-315. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHpHGd8SK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 ago.2024.